

OMINGO, 3 DE JUNHO DE 2001

GERAL
AMBIENTE

O ESTADO DE S. PAULO - A15

Especulação imobiliária ameaça Ilha Comprida

Fotos José Maria Tomazela/AE

Construção de ponte põe em risco paraíso ecológico reconhecido pela Unesco

JOSÉ MARIA TOMAZELA

ILHA COMPRIDA – O que os ambientalistas temiam está acontecendo. Um ano depois da inauguração da ponte ligando a Ilha Comprida ao continente, um dos mais ricos e complexos ecossistemas do litoral brasileiro está sendo destruído pela especulação imobiliária e exploração turística descontrolada. A ilha, no litoral sul do Estado, a 202 quilômetros de São Paulo, faz parte do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Paranaguá, um dos maiores viveiros de peixes, crustáceos e espécies aquáticas do litoral brasileiro. Tem 74 quilômetros de praias ainda não poluídas, áreas de mangues, sítios arqueológicos, restingas e remanescentes de mata atlântica assentados sobre uma frágil formação arenosa de 252 quilômetros quadrados. Esse paraíso ecológico, transformado em Área de Proteção Ambiental (APA) e reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera, nunca esteve tão ameaçado.

A ponte sobre o Mar Pequeno foi inaugurada em março do ano passado, depois de ter as obras embargadas durante oito anos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) por falta de estudo de impacto ambiental. Esse estudo não ficou pronto até hoje. Antes, o acesso à ilha era feito apenas por balsas. O prefeito Décio Ventura (PSDB) afirma que conseguiu a liberação do empreendimento com base na avaliação de técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. “Temos a ata desta avaliação.” A licença de operação da obra,



A moradora Maria Cordeiro sobrevive catando sucata no lixão, em meio a centenas de urubus

ainda no Grupo Técnico Rodoviário da Secretaria, deve ser expedida “nos próximos dias”, segundo ele. O supervisor do escritório de Iguape do Departamento Estadual de Recursos Naturais (DEPRN) da Secretaria, Márcio José Lúcio, garante que a obra ainda não foi licenciada. “Mande o processo para o Ibama, pois é de competência federal.”

Ventura conta que a inauguração da ponte teve a presença do então governador Mário Covas e de sete secretários estaduais, entre eles Ricardo Trópoli, do Meio Ambiente. Este teve em Ilha Comprida a maior votação entre todos os municípios em que recebeu votos. O prefeito, de quem é amigo pessoal, trabalhou politicamente para ele. Em abril deste

ano, o secretário voltou à ilha, desta vez acompanhando o governador Geraldo Alckmin, para inaugurar a ligação da ponte à Avenida Beira-Mar. Para a construção da pista, foi aterrada uma área de manguezal em formação. Um folheto da secretaria informa que os mangues são protegidos pela legislação estadual e federal. Esse ecossistema é considerado berçário do mar e sua preservação é fundamental para o equilíbrio da fauna aquática. A obra não teve licenciamento ambiental, segundo Lúcio. O prefeito garante que houve cuidados no traçado da avenida para manter o fluxo de água do mangue. A abertura da pista causou uma corrida imobiliária na área. Dezenas de placas anunciam lotes à venda.

PLACAS
ANUNCIAM
LOTES
À VENDA

Retirada de areia e muito lixo preocupam

A areia é retirada das dunas à luz do dia e as margens do Candapuí abrigam um lixão

Não há terra em Ilha Comprida, apenas areia. E esse material está sendo retirado das dunas, à luz do dia. Na propaganda para atrair turistas, a prefeitura informa que a ilha tem “as últimas dunas preservadas do Estado de São Paulo”. O que se vê são tratores destruindo os montes de areia e usando pás para carregar os caminhões. A retirada resulta na destruição da vegetação que cobre os montes. Não há nenhuma fiscalização, nem da prefeitura, nem do DEPRN.

“É crime ambiental e, se pegarmos, vamos autuar”, ameaça o diretor do órgão estadual. O advogado Luís Roberto de



Prefeitura abre valas para evitar que o mar inunde a avenida

Oliveira Fortes denunciou aos órgãos ambientais a retirada de areia das dunas e das praias para aterramento de lotes.

O Código Florestal e um conjunto de leis e resoluções protegem as áreas de dunas e restingas. O prefeito propôs alterações na legislação para evitar que a facilidade de acesso resulte em “desenfreada especulação imobiliária”. Hoje, dois terços da ilha estão loteados, mas Ventura quer que apenas um terço seja ocupado.

Algumas áreas de reserva já têm habitações. Uma formação de dunas foi cortada pelo prolongamento da Avenida Beira-Mar. O aprofundamento da pista causou outro problema ambiental: na maré alta, a água do mar invade a avenida. Para escoar a água represada, a prefeitura abre valas entre a praia e a avenida.

A abertura da Avenida Norte-Sul, cortando a ilha de ponta a ponta, é tida como de alto risco ambiental, pois atrairá a expansão urbana para as proximidades das zonas de vida silvestre. Ventura defende a obra como fundamental para a infraestrutura turística.

As duas pistas estão sendo construídas nas margens do Rio Candapuí, único manancial de água corrente da ilha. O rio já recebe os efluentes da Estação de Tratamento de Esgotos da Sabesp. Em suas margens há um grande depósito de lixo a céu aberto – um contraste com as praias limpas. Moradores como Maria Cordeiro sobrevivem catando sucata no lixão, em meio aos urubus. Ali são jogados, todos os dias, de quatro a seis caminhões com o material coletado nas residências e o lixo produzido pelos turistas. (J.M.T.)